

Estados falidos pedem socorro

■ Secretários de Planejamento pressionam por melhores condições para pagar dívidas

LU AIKO

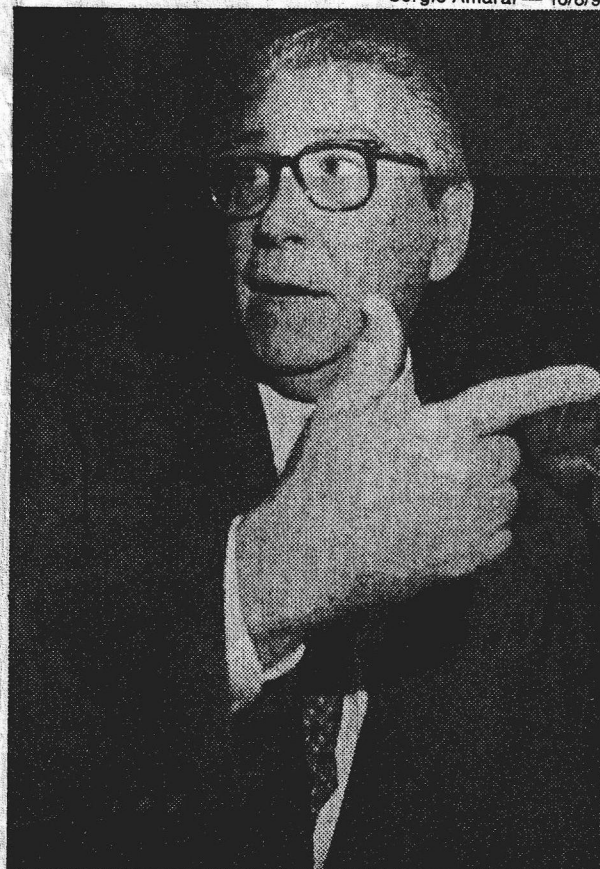
Sergio Amaral — 16/8/95

Luiz Antonio — 13/7/92

BRASÍLIA — Nesta semana, começa no Congresso uma mobilização para evitar que o governo proteja a solução para a crise financeira dos estados. Na quarta-feira, secretários de Planejamento de todos os estados estarão no Senado, fornecendo dados sobre a situação pré-falimentar de várias unidades da Federação. Os senadores devem aprovar uma resolução determinando que os estados comprometam uma parcela menor de suas receitas no pagamento das dívidas com a União. Também está sendo arquitetada uma solução para o endividamento em títulos, a chamada dívida mobiliária, que cresce aos saltos por causa da política de juros altos do governo federal.

Há estados, como São Paulo, Mato Grosso e Sergipe, que apresentam déficit em suas contas todos os meses. A conta de juros de São Paulo é de R\$ 1,35 bilhão ao mês, enquanto a receita é de R\$ 1,2 bilhão. Ao Mato Grosso, resta um buraco de R\$ 30 milhões no final do mês. Em Sergipe, o déficit mensal é de R\$ 8 milhões. O governo do Mato Grosso chegou a pegar dinheiro emprestado nos bancos privados para pagar a folha. "A situação dos estados, a longo prazo, é insustentável", resumiu o secretário de Fazenda de Minas Gerais, João Heraldo Lima.

Bomba-relógio — Uma lista de despesas alguns milhões de reais maior do que a receita funciona como uma bomba-relógio montada à base de displicência administrativa, juros elevados e de uma série de amarras legais que impedem um tratamento mais sério com a folha de pagamento do Executivo. As despesas com o Judiciário e com o Legislativo dos estados, além de consumirem, em média, um de cada



Covas (E), em São Paulo, e Albano, em Sergipe, fecham contas de seus estados no vermelho todos os meses.

quatro reais arrecadados, são incontáveis. "O Judiciário não é desse mundo", resumiu o secretário de Fazenda do Mato Grosso, Carlos Alberto de Oliveira.

Na média, os estados comprometem entre 70% e 80% de suas rendas com a folha de salário. Em Alagoas, o índice supera os 90%. "Há estados que gastam mais de 100%, mas não dizem", garante o secretário de Fazenda de Minas Gerais. No Rio de Janeiro, a folha consome oito de cada 10 reais arrecadados.

Também por essa razão, São Paulo não conseguiu um alívio em suas despesas com pessoal mesmo

demitindo 40 mil funcionários no início deste ano. A folha paulista, somada a outras despesas obrigatórias do estado, consome o equivalente a 95% de todo o dinheiro disponível. "O governador e o secretário de Fazenda viraram pagadores de salário e nada mais. A partir do quinto dia útil do mês, só temos uma palavra a dizer: não", reclamou o secretário de Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano.

Reforma — Para terem pelo menos a possibilidade legal de arrumarem suas despesas, os governadores pressionam para que seja discutida no Congresso e aprovada, prioritariamente, a reforma administrativa. Sem ela, não haverá

chance de aprovar a reforma tributária, que impõe novas perdas financeiras aos estados.

Além disso, os estados assistem ao crescimento de suas despesas com juros. Neste ano, a dívida de Minas cresceu R\$ 1,1 bilhão só com o efeito dos juros. O mesmo ocorreu com São Paulo, cuja dívida cresceu R\$ 9,5 bilhões neste ano, apesar de o estado não ter emitido nenhum novo papel e haver pago R\$ 800 milhões. As despesas com juros são R\$ 150 milhões maiores do que a arrecadação do estado. "É evidente que essa dívida é insustentável para o estado, é impagável, e para ela temos que encontrar uma solução", disse Nakano.